



INSTITUTO FEDERAL
São Paulo
Campus São Paulo

REGRASP

Recriando Quilombos: arquivos coloniais, fabulação crítica e futuros insurgentes no ensino de Arquitetura e Urbanismo

Recreating Quilombos: Colonial archives, critical fabulation and insurgent futures in Architecture and Urbanism education

Karen Pessoa Freire

Doutoranda

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP

<https://orcid.org/0000-0001-8549-7148>

karenpfreire1@gmail.com

Laura de Sousa Nakel

Doutoranda

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP

<https://orcid.org/0000-0002-7616-8710>

lauranakel@gmail.com

Histórico do artigo

Recebido em: 18.04.2026

Aprovado em: 25.06.2026

Publicado em: 25.06.2026

Nota editorial: Este artigo é uma versão revisada de trabalho selecionado no *fast-track* do III Seminário Cidade, Territorialidades e Interseccionalidade para publicação na Revista REGRASP.

RESUMO

Durante boa parte do século XVIII, a rede quilombola dos sertões do Campo Grande dominou regiões do atual Triângulo Mineiro articulando sistemas político-econômicos complexos (com plantações, pilões, curtumes, teares, forjas de ferro, casas de rei, audiência, conselho, trincheiras e armadilhas contra invasores). Sua existência ameaçava a dominação escravista cristã-europeia na América, motivando sucessivas investidas para a destruição dos quilombos e incorporação de seus territórios e infraestruturas à administração colonial. Ainda assim, tal violência institucionalizada não foi capaz de extinguir os povoados quilombolas, mantendo-se presentes ainda hoje em diferentes recantos, cada qual cultivando modos de vida próprios. Este trabalho fundamenta e apresenta resultados iniciais de proposta metodológica de exercícios pedagógicos que mobilizam documentos coloniais sobre quilombos históricos como dispositivos de fabulação crítica contracolonial como prática especulativa situada. Como resultados iniciais relatamos oficinas realizadas com estudantes de graduação em Arquitetura e Urbanismo. A partir da ampliação e reinscrição dos vestígios documentais, lidos à luz de abordagens críticas contemporâneas comprometidas com perspectivas contr Coloniais e afro-diaspóricas, propomos experimentações didáticas que transformam a relação com arquivos coloniais, ativando vínculos afetivos com ancestralidades quilombolas e reconhecendo nos povoados históricos não apenas formas de resistência, mas propostas concretas de planejamento insurgente.

Palavras-chave: quilombos; fabulação crítica; contracolônização; pedagogia; documentos históricos.

ABSTRACT

During much of the eighteenth century, the *quilombola* network of the Campo Grande hinterlands dominated regions of what is now the Triângulo Mineiro, articulating complex political-economic systems (including plantations, mortars, tanneries, looms, blacksmith forges, royal houses, assemblies and councils, as well as trenches and traps against invaders). Its existence posed a direct threat to Christian-European slaveholding

domination in the Americas, prompting successive campaigns aimed at the destruction of quilombos and the incorporation of their territories and built infrastructures into the colonial administration. Even so, such institutionalized violence was not able to eradicate quilombola settlements, which remain present today in different regions, each cultivating its own ways of life. This paper presents and substantiates a methodological proposal for pedagogical exercises that mobilize colonial documents on historical quilombos as devices for counter-colonial critical fabulation, understood here as a situated speculative practice. As initial results, we report on workshops conducted with undergraduate students in Architecture and Urbanism. Through the amplification and reinscription of documentary traces, read in light of contemporary critical approaches committed to counter-colonial and Afro-diasporic perspectives, we propose didactic experimentations that transform engagements with colonial archives, activating affective ties with quilombola ancestries and recognizing in these historical settlements not only forms of resistance, but concrete proposals for insurgent planning.

Keywords: quilombos; critical fabulation; counter-colonization; pedagogy; historical documents

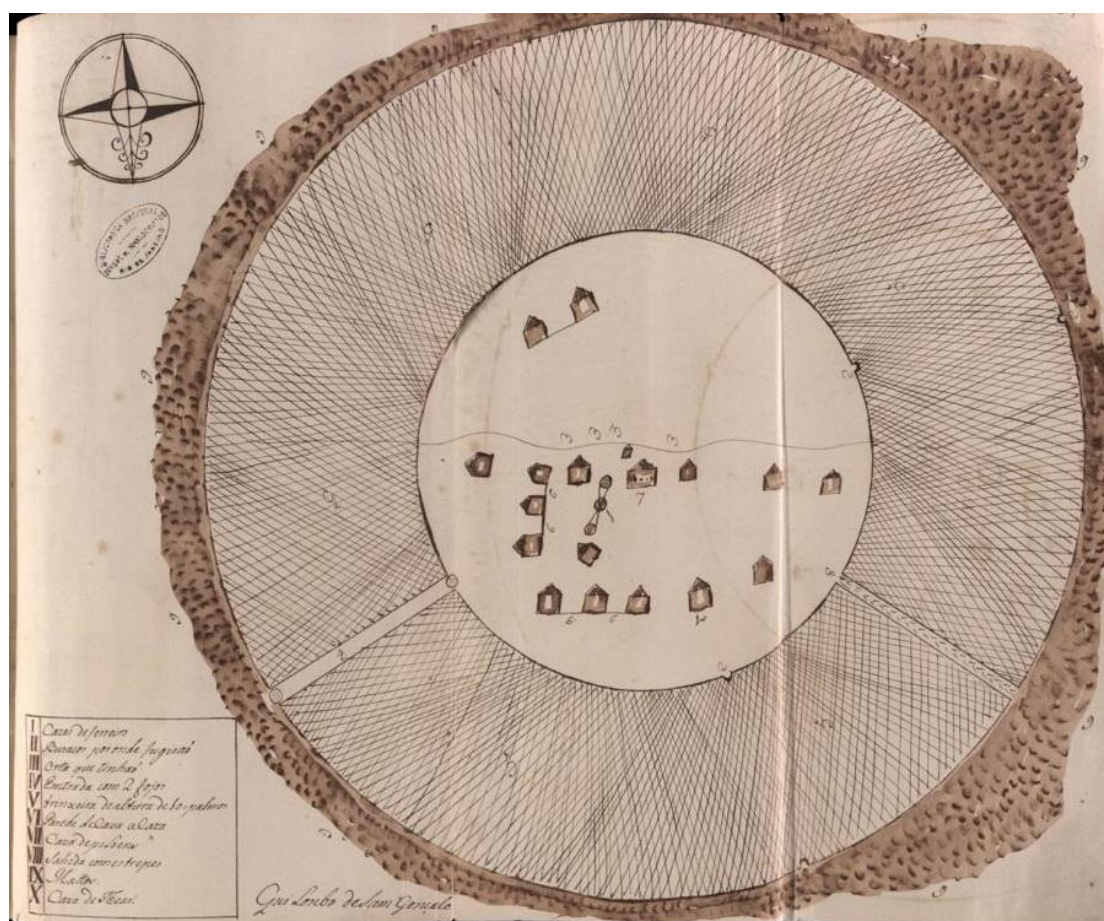
Introdução

Durante o século XVIII, um grande número de africanos e afrodescendentes, fugitivos da escravização, se refugiaram na região de cerrado nos arredores da Serra da Canastra (situada no atual Triângulo Mineiro), defrontando-se com uma natureza única, endêmica daquele bioma, e com diversas populações autóctones que já habitavam aquelas terras, provavelmente entrando em conflitos contra certos grupos e constituindo variados tipos de simbioses com outros. Na confluência (Bispo dos Santos, 2023) desses povos de origens diversas nos ambientes do cerrado, nessa zona de contato (Pratt, 1999), foi possível constituir um dos mais notáveis sistemas de povoamento de nossa história: os quilombos dos sertões do Campo Grande.

Às margens da exploração aurífera em Minas Gerais e Goiás, na região do Alto São Francisco, Alto Paranaíba e Vale do Rio Grande, a rede quilombola do Campo Grande contava com pelo menos três dezenas de povoados, entre eles o famoso quilombo do Ambrozio, cada qual com dezenas ou centenas de habitantes, onde, provavelmente, se mesclavam povos africanos, ameríndios e outros fugitivos da colonização cristã-europeia escravista. Tais povoados fugitivos constituíram uma sociedade complexa, com núcleos especializados que funcionavam de modo articulado, com plantações, pilões para produção de farinha, manufatura de tecidos, couros e de instrumentos em ferro fundido, com estruturas políticas organizadas, com reis, assembleias e conselhos (ver Figura 1). Como sistema de defesa, os povoados eram implantados em locais de difícil acesso para os agentes escravistas, sendo que alguns contavam com estruturas de fortaleza, com trincheiras, armadilhas, guaritas e buracos para fuga. (Freire, 2021)

Figura 1

Quilombo de Sam Gonçalo, [1769?]. Acervo da Fundação Biblioteca, código: MS-575(1), folha 244



Fonte: BN Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/comunidades-quilombolas/fontes-sobre-quilombos-na-biblioteca-nacional/fontes-para-consulta-digital/>

Documentados pelas tropas militares destruidoras, os relatos da administração luso-cristã dão a ver que esses quilombolas constituíram formas complexas de habitar e produzir vida, desafiando o poder colonial. Mesmo após sucessivas destruições e apropriações, a cada invasão de tropas coloniais, os quilombos eram reconstruídos em regiões próximas pelos sobreviventes. Essa resiliência demonstrava a constituição de organizações sociopolíticas próprias, fora do alcance do sistema religioso, legal, econômico e tributário da monarquia portuguesa. Os territórios quilombolas e indígenas eram entendidos pelos agentes coloniais portugueses como “deserto” a serem “povoados” com seus súditos, trocando aquela população indesejada por outra que estivesse submetida ao Estado luso-cristão colonialista. A superposição da malha colonial portuguesa sobre os quilombos buscava extinguir suas existências materiais e simbólicas, no entanto, fez de tais quilombos parte indissociável da formação territorial da região. (Freire, 2021)

Pouco sabemos sobre tal rede quilombola; ela já não pode ser avistada superficialmente na paisagem, tendo sido soterrada por sucessivas camadas de ocupações divergentes. Os principais vestígios daquela sociedade quilombola são encontrados nos registros das múltiplas destruições de seus povoados por tropas inimigas, que documentavam características e localização dos quilombos para dominar seus territórios e habitantes. Desse modo, os relatos, desenhos e mapas das expedições destruidoras são documentos valiosos, nos permitindo ressuscitar fantasmas daqueles povoados fugitivos, mas nunca nos deixam esquecer que são registros da violência colonial. (Freire, 2020)

Tais práticas repressoras não se encerraram depois da abolição da escravidão legal e da formação do Estado nacional brasileiro. O pensamento e as práticas que orientam as forças colonialistas sobreviveram à queda dos impérios transatlânticos, atuando ainda hoje sobre comunidades insurgentes, como demonstra o intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos (1959-2023). Ao narrar as cosmogonias que regem sua própria comunidade rural na caatinga do Piauí, Nêgo Bispo realça a beleza dos espinhos que adornam os caminhos estreitos abertos na caatinga, onde passam todos os viventes (onças, tatus, cobras e pessoas), que contrastam com as largas estradas onde só cabem carros. Destaca a adequação térmica e ventilação das casas construídas com materiais construtivos locais, através de mutirões formados pelos futuros moradores e seus vizinhos, fazendo habitações onde os ambientes mais importantes são a cozinha e o quintal (ou a laje nas comunidades urbanas), visto que são locais de reunião e espaços para as gerações futuras. Fala como as festas realizadas por eles e para eles (onde não são espectadores, mas participantes) são uma forma de manifestação de suas vozes, de suas expressões artísticas. Explica o trabalho coletivo no plantio e no beneficiamento da produção agrícola da comunidade. Descreve como pássaros, cobras, rios e matas ensinam as pessoas que mantêm olhos e ouvidos atentos aos seus sinais. (Bispo dos Santos, 2023)

De acordo com Bispo, a dominação colonialista desconecta os humanos do ambiente e dos demais viventes, ao impor uma crença religiosa única e ao instaurar regimes de racismo sobre a humanidade e, também, sobre plantas e animais, reduzindo-os às poucas espécies interessantes para exploração pelas monoculturas. Como alternativa às vivências “cosmofóbicas”, este lavrador e intelectual defende a manutenção dos modos de vida próprios das comunidades fundadas em uma conexão profunda com seus ambientes locais, o que chama de “biointeração”. (Bispo dos Santos, 2023) Nêgo Bispo oferece ao grande público um tipo de biografia coletiva de seu próprio povo, defendendo o direito à manutenção dos modos de vida de sua comunidade, constantemente ameaçados pelo desenvolvimentismo capitalista herdado do colonialismo. Sem a pretensão de criar arcabouços teóricos aplicáveis a quaisquer sociedades do planeta, ao expor as riquezas da cosmovisão que orienta sua comunidade quilombola contemporânea, Nêgo Bispo deu luz às incongruências e violências do sistema dominante no qual todos nós estamos inseridos, tornando-se importante referência para recentes discussões epistêmicas de maior alcance.

A percepção dos quilombos como símbolos de resistência cultural e política capazes de inspirar a criação de sociedades alternativas que superem o colonialismo e o racismo, ressignificando as memórias e identidades negras no Brasil, é cultivada por ativistas políticos e intelectuais no Brasil pelo menos desde meados do século XX, tendo entre seus pioneiros os nomes de Edison Carneiro, Abdias

do Nascimento, Clóvis Moura e Beatriz Nascimento. Nesse sentido, dialogamos com a noção de “quilombismo” do artista, político e professor Abdias do Nascimento (1980), ao compreender os quilombos como projetos políticos de construção de mundo, cujas formas de organização seguem operando como horizonte para práticas de vida coletivas, criativas e resistentes.

Constatando que os quilombos cultivaram modos alternativos de organizações socioculturais, percebemos que as ancestralidades e territorialidades quilombolas, históricas e atuais, podem ser convocadas como dispositivos contracoloniais. Nesse sentido, se os arquivos coloniais foram produzidos como instrumentos de captura, classificação e destruição destes modos de vida, sua reativação no presente exige deslocamentos metodológicos, que não apenas os leiam e reconheçam sua violência, mas os tensionem e os reinscrevam criticamente.

A proposição metodológica deste trabalho parte, portanto, da contradição constitutiva destes arquivos. Se por um lado são documentos feitos com o objetivo de destruir ou usurpar o que representam, por outro, preservam em si os vestígios da vitalidade que buscavam apagar. Se esses quilombos históricos constituíam formas concretas de um planejamento insurgente, nos propomos a tarefa pedagógica de reativar seus vestígios reescrevendo-os no presente através da imaginação e criação, possibilitando projetar novas formas de sociabilidades.

Metodologia

Neste trabalho buscamos apresentar e fundamentar resultados iniciais de uma proposta metodológica de experimentação pedagógica que utiliza documentos coloniais sobre quilombos históricos como dispositivos para fabulação crítica situada e coletiva. Primeiramente buscamos demonstrar como vestígios documentais dos quilombos podem ser reinscritos como arquivos vivos. De maneira complementar, articulamos um protocolo de oficina que conecta as ancestralidades quilombolas com a imaginação de futuros insurgentes e, assim, observamos as potencialidades pedagógicas dessa abordagem.

Os documentos produzidos pelos colonizadores registrando as características dos quilombos carregam um rastro da violência colonial. Entretanto, são exemplares ímpares de registros que ilustram e nomeiam uma série de infraestruturas construídas nestes contextos. São casas de ferreiro, casas de tear, curtumes, hortas, plantações, casas de assembleias, entre outras arquiteturas, que nos informam sobre diversas relações materiais, sociais, políticas e ambientais estabelecidas criativamente e ativamente por aquelas pessoas.

Subvertendo o caráter dos documentos como testemunhas da destruição, tais vestígios nos conectam no presente com aqueles povoamentos fugitivos do passado, como sugere Hartman (2021), abrindo espaço para a fabulação crítica: imaginar vidas e mundos possíveis, não para substituir o arquivo, mas para resistir à mutilação que ele registra. Haraway (2023) propõe a fabulação especulativa como prática de resistência em meio à nossa realidade de catástrofes, evocando outros mundos possíveis para habitarmos os problemas de nossa época. A fabulação se firma enquanto um gesto político: reinscrever os mapas e textos como arquivos vivos, abertos a histórias potenciais, como nos instiga Azoulay (2021).

Aproximando-nos da noção de planejamento fugitivo de Harney e Moten (2023), nos aliamos a estes quilombos do passado como expressões inspiradoras de modos insurgentes de planejar, fazer, improvisar e de se relacionar com um mundo de catástrofe. Diferentemente da organização que visa ao controle, o planejamento fugitivo organiza para escapar: improvisa, inventa e constrói mundos outros. Pensando com Ferdinand (2022), tomamos o quilombo e suas biointerações como prática de fazer-mundo, como modelo de “resistência de ecologia política”.

Na estruturação das oficinas, temos uma exposição da pesquisa documental dos quilombos, situando as características dos povoados históricos, assim como o contexto de produção dos documentos coloniais. Na sequência, exercícios didáticos coletivos de imersões nos documentos ampliados sobre

suportes físicos reescrevendo-os como plataformas de imaginação. As oficinas se estruturam, portanto, em etapas:

- (1) leitura e contextualização dos documentos coloniais, identificação dos elementos espaciais, técnicos e sociopolíticos presentes nos registros textuais e cartográficos,
- (2) experimentações de fabulação por meio de linguagens diversas (através de desenho, colagens, narrativas, músicas e afins),
- (3) elaboração coletiva dos resultados obtidos.

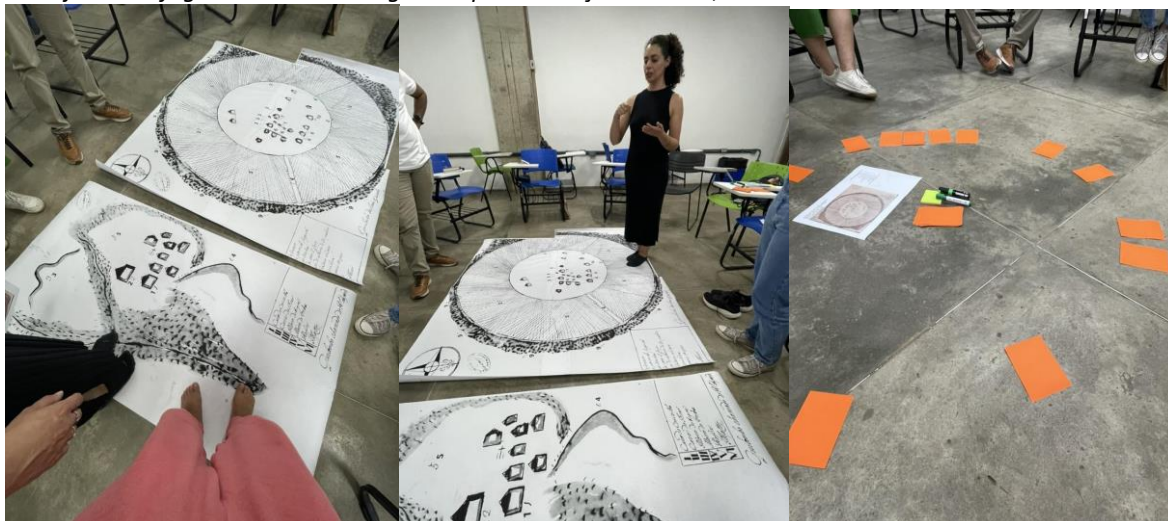
A estrutura das oficinas é em si um gesto de planejamento insurgente ao organizar, junto da linguagem historiográfica, um espaço de criação que desloca a lógica da análise crítica de fontes do passado para um *fazer junto* no presente, produzindo vínculos entre as pesquisadoras, as narrativas e as parceiras participantes e suas histórias. Os resultados que relatamos a seguir são alguns primeiros passos deste processo em curso, mas que, no entanto, já demonstram a potência política e pedagógica de reinserir o arquivo colonial como arquivo vivo.

Desse modo, através de palavras, desenhos, músicas, danças ou outras manifestações artísticas, é possível trazer à vida vestígios daquele passado, criando vínculos e parcerias imaginadas entre nossas vivências cotidianas com os quilombolas do passado, cultivando afetos com aquilo que já não está, mas continua presente de alguma maneira. Nessas experimentações, buscamos romper com as hierarquias e métodos hegemônicos de ensino, desejando construir diálogos horizontais entre parceiras e procurando formas plurais de saberes, onde a arte tem papel central, onde o corpo apreende junto com a mente, onde diferentes modos de ver e viver o mundo podem se conectar.

As duas oficinas aqui apresentadas foram realizadas junto à alunos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, buscando inserir no debate universitário a relevância desse mundo negro, insurgente e fugitivo, destacando o papel desses povoados quilombolas como parte integrante da composição da paisagem e sociedade brasileira, assim como referências importantes para o planejamento urbano e arquitetônico.

Figura 2

Registros da Oficina realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade da Bahia (UFBA) no Planejamento fugitivo e Estudos Negros: experimentações críticas, realizado em outubro de 2025



Fonte: arquivo pessoal das autoras.

A primeira oficina integrou os eventos do “Encontro Internacional planejamento fugitivo e estudos negros: experimentações críticas”, realizado em outubro de 2025 na Universidade Federal da Bahia (Figura 2), tendo a participação de estudantes de diferentes faculdades, previamente interessados nesta temática de estudos. Contando com pouco mais de uma hora de atividades, fizemos uma explanação sobre as análises históricas dos quilombos e sobre a metodologia da oficina, apresentando

os desenhos de implantação dos quilombos em grande escala, podendo “caminhar” sobre aqueles povoados. Como convite para discussões, as parceiras escolheram cartões com palavras que aparecem nos documentos, como “teares”, “roças de milho e algodão”, “guarita”. Nas conversas manifestaram surpresa com a complexidade inimaginada desses povoados, pensaram na dor de construir casas que teriam que ser abandonadas a qualquer momento e, também, perceberam similaridades daqueles elementos com a vivência dos avós em ambientes rurais, com casas de taipa em meio a plantações de alimentos, ou com o modo de habitação nas periferias, constituídas nas margens das áreas de ocupação oficial, que perde espaço para esta a cada expansão dos domínios da estrutura hegemônica.

Figura 3

Registros da Oficina realizada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) em abril de 2026



Fonte: fotografia de Fabrício Forganês Santos.

Utilizando esta mesma metodologia de recriação com base em documentos históricos, agora no primeiro semestre de 2026, estamos realizando oficinas na Universidade de São Paulo, discutindo o papel da rede quilombola na conformação da malha territorial e trabalhando, também, a pluralidade histórica africana e possibilidades de heranças culturais afrodescendentes no Brasil (Figura 3). Dispondo de cerca de três horas para cada módulo da oficina, foi apresentada uma aula expositiva ilustrada por imagens de construções, ambientes e pessoas representadas em documentos históricos e fotos recentes que apresentam vestígios do passado, entregando cartões com palavras-chave e imagens, como convite para interação dos participantes. Após tal aula, a turma se dividiu em grupos, produzindo desenhos, textos e falas a partir de tais cartões, que foram colados sobre um mapa de grande escala, buscando situar espacialmente aquelas sociedades. Ao fim os participantes comentaram suas pesquisas, desenhos e seu mapa construído coletivamente, falaram sobre a percepção de continuidade de certas práticas culturais ao longo de séculos e sobre as possibilidades de releituras das técnicas construtivas, conformações de edifícios e de cidades do passado, como referências importantes para projetos atuais.

No intento de construir parcerias plurais, pretendemos ampliar a realização das oficinas entre grupos heterogêneos, oriundos de comunidades das periferias urbanas, rurais ou quilombolas contemporâneas, em escolas públicas e projetos sociais, por exemplo, adicionando novas camadas às discussões, interações e fabulações.

Resultados e Discussão

As primeiras oficinas realizadas apresentaram resultados que evidenciaram um deslocamento significativo na forma como as parceiras participantes se relacionam com os documentos coloniais e com o imaginário dos quilombos históricos e das heranças africanas. Embora produzidos no contexto da escravidão e violência colonial, a mobilização desses documentos nas oficinas produziu fissuras nessa própria narrativa colonialista de banditismo, precariedade e desordem da vida e dos territórios quilombolas, deixando escapar indícios da complexidade desta rede quilombola e revelando a existência de outros arranjos sociais.

Articulados assim, os quilombos históricos operam um deslocamento da imagem de despossessão e desorganização ao ativarem imaginário no qual se reconhece a vida sendo feita e refeita: casas sendo construídas, ferramentas, roupas e alimentos sendo produzidos, práticas políticas sendo exercidas e decisões sendo tomadas. Tais práticas evidenciam um conjunto de habilidades situadas e coletivamente elaboradas que, como propõe Ingold (2022), se constituem na relação contínua entre corpos, materiais e ambiente. Nesse sentido, são exemplos de práticas projetuais separadas de uma dicotomia moderna de projeto e execução, nas quais construir, organizar, habitar são dimensões indissociáveis de um processo de produção da vida.

Como dito anteriormente, além de demonstrarem o adensamento populacional e complexidade socioeconômica da rede quilombola daqueles sertões setecentistas, estes documentos históricos revelam que a própria estrutura colonial portuguesa foi influenciada pelos quilombos, visto que estradas, fazendas e povoados subordinados à coroa luso-cristã foram estabelecidos sobre os territórios quilombolas, na tentativa de suplantar seus rivais. No entanto, tal sobreposição colonial faz desses quilombos pioneiros na conformação das paisagens dessa zona de cerrado. A constatação histórica da importância dos quilombos na estruturação territorial atual causou especial impacto entre os participantes das oficinas, alimentando discussões sobre possíveis heranças ocultas desses povoados fugitivos sobre outros territórios e espaços urbanos. A valorização das memórias desses povoamentos cultiva uma crescente percepção de possibilidade de conexões com as heranças quilombolas e afrodescendentes, inclusive na conformação de nossas cidades, redes urbanas e espaços habitados.

É importante distinguir as análises históricas rigorosas dos documentos (cujas possibilidades de confirmações científicas são restritas pelo pouco alcance dos vestígios do passado) dos exercícios didáticos criativos baseados nesses documentos. Nestas oficinas, as análises históricas fornecem vislumbres materiais da existência daqueles povoamentos quilombolas, enquanto os exercícios de fabulação convidam para a apropriação destes fragmentos do passado trazendo-os para as vidas cotidianas. Alimentando uma concepção circular do tempo, onde passado, presente e futuro se interconectam, as experimentações de fabulação possibilitaram uma reinscrição destes vestígios do passado, povoando o imaginário das participantes.

Observou-se, assim, uma aproximação afetiva com as territorialidades registradas nos documentos e também um reconhecimento da habilidade de fazer e refazer a vida em condições adversas. Essa capacidade está registrada nos documentos como uma habilidade concreta daquelas pessoas em reorganizar o espaço, vínculos sociais, em suas relações com a matéria e ambiente demonstrando que, mesmo sob a violência, a vida se reinscreveu por meio do fazer. As participantes puderam visualizar a construção de autonomia territorial, biointeração em contraste com as lógicas coloniais de exploração e controle. Assim, os quilombos puderam ser vistos como arranjos territoriais produtivos, capazes de defesa e autonomia como exemplos de um planejamento não só fugitivo, mas insurgente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância dos quilombos dos sertões do Campo Grande setecentista ultrapassa a memória local, constituindo parte indissociável da formação territorial e histórica, mostrando que as redes de infraestrutura coloniais foram erigidas sobre o mundo negro fugitivo. As complexidades de suas organizações político-econômicas fazem perceber que existem formas alternativas de vida, que desafiam os sistemas hegemônicos e podem guiar no planejamento de sociedades insurgentes, que nos ajudem a habitar e resistir à catástrofe colonial e suas permanências no presente.

Esta proposta pedagógica contribui para ampliar e transformar as relações com o arquivo colonial e da escravidão, demonstrando o potencial da fabulação crítica para tanto. Ao evidenciar as fissuras dos próprios documentos, a proposta permite uma reativação de vestígios de formas de vida silenciadas ou esquecidas dentro dos arquivos, reconfigurando e repovoando o imaginário sobre os quilombos, suas materialidades e seu potencial simbólico.

As oficinas operam como espaços de experimentação de outras formas de pensar e fazer a historiografia, mas, para além disso, outras formas de ver, imaginar e construir um mundo em catástrofe. Ao mobilizar os documentos dos quilombos históricos como arquivos vivos, podemos vê-los sendo disparadores de inspiração sobre outros modos de projetar e habitar. Assim, articulando a fabulação crítica junto ao trabalho de arquivo dentro de uma proposta pedagógica, entendemos o papel do ensino de história e fundamentos da arquitetura e do urbanismo como campo para reelaboração de futuros possíveis.

Os desdobramentos desta pesquisa apontam em duas direções complementares. A primeira é o aprofundamento da pesquisa sobre os quilombos históricos com registros cartográficos aplicando o corpo documental disponível para as oficinas. A segunda é a ampliação dos parceiros das oficinas e o deslocamento do arquivo para o território, sobretudo em direção a integrar comunidades quilombolas contemporâneas. Como nos lembra Azoulay (2021), desaprender o imperialismo exige parceiros, não como fontes a serem consultadas no passado ou no presente, mas como orientadores habilitados de modos possíveis de futuro.

Referências

- Azoulay, A. (2021). *História potencial: desaprendendo o imperialismo*. Tradução de Bruno Gambarotto. São Paulo, SP: Ubu.
- Bispo dos Santos, A. (2023). *A terra dá, a terra quer*. São Paulo, SP: Ubu Editora.
- Ferdinand, M. (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo, SP: Ubu.
- Freire, K. P. (2020) *Quilombos nas bordas do ouro: conflitos entre negros e agentes lusitanos pelo domínio do Campo Grande no século XVIII*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. [DOI:10.11606/D.16.2020.tde-29042021-095355](https://doi.org/10.11606/D.16.2020.tde-29042021-095355)
- Freire, K. (2021). Relatos de campanha: a expansão colonial portuguesa sobre os quilombos do Alto São Francisco e Alto Paranaíba no século XVIII. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, (29) 1–45. [DOI: 10.1590/1982-02672021v29d1e24](https://doi.org/10.1590/1982-02672021v29d1e24)
- Haraway, D. (2023). *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo, SP: n-1 edições.
- Hartman, S. (2021). *Vidas rebeldes, belos experimentos: histórias íntimas de jovens negras no início do século XX*. Tradução de Lubi Prates. São Paulo, SP: Todavia.
- Harney, S., Moten, F. (2023). *Sobcomum: planejamento fugitivo e estudo negro*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo, SP: Ubu.
- Ingold, T (2022). *Fazer: antropologia, arqueologia, arte e arquitetura*. 1. ed. São Paulo, SP: Vozes.
- Nascimento, A. (1980). O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Rio de Janeiro, RJ: ed. Vozes. (pp. 11-30).
- Pratt, M. (1999) *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC (pp.23-75)